

# Planejamento é instrumento indispensável para aperfeiçoar a atuação profissional e reivindicar melhorias no trabalho

Do momento em que acordamos à hora de dormir, nós estamos sempre planejando, seja de forma consciente ou não. E é a partir do questionamento, de se perguntar e tentar antever situações a fim de encontrar soluções que o movimento se inicia: Qual roupa usar hoje? Que horas devo sair de casa para chegar ao meu destino a tempo? Onde fazer a feira de forma a economizar dinheiro? O que e o quanto eu preciso estudar para passar nesse concurso?

Se na vida corriqueira, o planejamento pode se dar no automático, sem um pensamento estruturado, na atuação profissional das e dos assistentes sociais, seja no Cras, no INSS, em uma escola, planejar deve ser uma atividade periódica, em que se planeja, executa e avalia os resultados, a fim de aperfeiçoar a prática profissional. Tarefa fácil? Não, mas indispensável para crescer profissionalmente, como afirma o professor da Ufop e conselheiro do CRESS-MG, Cláudio Horst.

“Fazer Serviço Social mediado pelo Projeto Ético-político exige um grande investimento em si como profissional e na própria atuação profissional cotidiana. Nesse contexto, o planejamento é um instrumento tanto para redefinir a prática profissional, sempre que necessário, como para qualificá-la, uma vez que possibilita o enriquecimento do sujeito profissional”, aponta. Ao se aperfeiçoar, a ou o assistente social pode provocar mudanças positivas, também, no local de trabalho.

O debate do planejamento na atualidade, dentro da profissão, está ancorado em um pressuposto dos fundamentos teóricos-metodológicos que pontuam que o planejamento é essencial para uma prática profes-

sional pensada, refletida e avaliada nas suas consequências. O projeto de trabalho profissional, resultado materializado do planejamento, é capaz de forjar condições trabalhistas mais favoráveis e, inclusive, de potencializar a autonomia relativa da assistente social naquele espaço.

## Recalculando rota

Pontapé inicial para iniciar a atuação, o planejamento deve ser parte da dinâmica profissional, ainda que muitas vezes seja um desafio aplicá-lo, tanto pelas condições de trabalho, como equipe reduzida, profissionais com mais de um vínculo, disputas de diferentes formas de ver o Serviço Social etc. E entre tantos obstáculos para dar cabo a este instrumento, um bastante comum, e relativamente simples de solucionar, é abrir mão do projeto quando o plano “não deu certo”.

“Precisamos reconhecer que o planejamento exige uma consciência crítica e criativa e que nem sempre será tal qual se idealizou. Quando uma ação não tem um resultado esperado, não significa que a profissional foi incompetente ou que foi feito um mau planejamento. Não controlamos os aspectos que incidem sobre a realidade, ou seja, ela está sujeita a mudanças. Esse fator, aliás, é o que faz avançar e melhorar. Retomar o planejamento a cada tempo para requalificá-lo”, avalia Cláudio.

Planejar é uma maneira de idealizar e projetar a prática, podendo se materializar ou não. Mas nem por isso deve deixar de ser feito, como pondera o professor da Ufop. “O planejamento não é estático, assim

como o projeto de trabalho, resultado, por escrito, deste planejamento, também não é. E isso é enriquecedor, pois, se não sai como o esperado, deve-se analisar para saber o que deu errado e poder melhorar, mudando estratégias, formatos e o qualificando.”

Outra situação comum e que pode levar a não fazer o planejamento é chegar a um novo emprego em que não haja nenhum projeto de trabalho ou mesmo que esse documento exista, mas que se encontre defasado, e acreditar que não se tem autonomia relativa suficiente para implantar ou atualizar o que está posto. “O resultado é uma ação empobrecida, embebida por leituras superficiais, conservadoras e resumida apenas na intencionalidade do próprio equipamento, serviço, política social, equipamento”, frisa o assistente social.

## Urgente, só a necessidade de realizar o planejamento

Cortes de direitos, contrarreformas, recrudescimentos que impactam no financiamento das políticas sociais, precarização e flexibilização das condições de trabalho e, claro, a crise pandêmica, são adversidades que marcaram os últimos anos, no Brasil, e que reverberam no cotidiano das e dos assistentes sociais, impondo uma atuação profissional residual, estruturada no saber imediato, em uma intencionalidade pragmática, ou seja, imediatista, como comenta Cláudio.

“Refletir sobre o dia a dia no seu espaço ocupacional e como você e as e os demais colegas podem incidir positivamente através de organização e planejamento demanda tempo, assim como se dedicar a revisitar o projeto profissional e avaliá-lo para seguir adiante. Ainda assim, é o que garantirá uma prática pensada e principalmente avaliada em suas consequências, além de aperfeiçoar a profissional, iluminando o exercício profissional principalmente em momentos de confronto.”

## Ato técnico, mas também político

Construir um projeto profissional exige alguns passos e, em todos eles, as e os assistentes sociais necessariamente exercem habilidades técnicas, como no momento inicial, de entender a realidade em que se atua,

através de pesquisas e levantamentos, e habilidades éticas e políticas ao definir quais objetivos e metas se deseja alcançar com cada ação planejada. Por isso, o projeto profissional para ser eficiente deve se ancorar no Projeto Ético-político (PEP) do Serviço Social.

“É preciso superar a ideia de um planejamento com viés tecnicista, burocrático, que se distancia do propósito de vincular as ações cotidianas com o PEP. A escrita do projeto é um ato técnico, pois pressupõe racionalidade das ações, como estabelecer prazos, recursos, mas é, ao mesmo tempo, político, pois se inscreve num contexto de tomada de decisões, demanda posicionamento da e do assistente social que planeja, que demonstre interesse, objetivos, prioridades”, considera Cláudio.

Além de um compromisso ético e político, o planejamento está previsto na própria Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal 8.662). Por isso, ao construir o projeto profissional é fundamental acionar esta normativa, assim como o Código de Ética Profissional, os subsídios para atuação nas diversas políticas sociais, os CFESS Manifesta e outros marcos normativos que permitem ir delimitando o que se pretende com o planejamento.

Isso significa que apenas o planejamento garante, por si só, que aquilo vai se materializar ou desenvolver um trabalho crítica inteiramente na defesa do PEP? Certamente não, mas é um instrumento que possibilita ouvir as usuárias e usuários para ações mais assertivas, trocas com outras equipes de trabalho, uma atuação profissional mais crítica, com vistas a melhorar os serviços prestados e, ainda, subsidia as e os assistentes sociais para estabelecer um diálogo com a instituição empregadora, a fim de que compreenda o Serviço Social e a sua relevância naquele espaço, e de que se negocie a autonomia relativa e as atribuições e competências.